



# XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: 19/08/2019

Aprovado em: 20/08/2019

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.07.04>

IDENTIDADES DE GÊNERO E MUNDO DO TRABALHO: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA / GENDER IDENTITIES AND WORLD WORK: CHALLENGES OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION / IDENTIDADES DE GÊNERO Y EL MUNDO DE TRABAJO: DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA

EIXO: 7. EDUCAÇÃO, TRABALHO E JUVENTUDE

MILENE SOARES DE MEDEIROS, ELZA FERREIRA SANTOS

---

## RESUMO

Trata-se, neste artigo, de refletir sobre os desafios enfrentados na Educação Profissional e Tecnológica em relação ao mundo do trabalho e às questões de gênero, no que concerne aos alunos que se auto identificam como LGBT – gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis. Por intermédio da pesquisa bibliográfica, apresentam-se algumas considerações acerca do papel da escola e da educação profissional ao longo do tempo na construção das identidades e os desafios por ela enfrentados na desconstrução dos estereótipos de gênero e preparação para o mundo do trabalho. Do ponto de vista teórico este trabalho insere-se nos estudos que envolvem gênero, trabalho e educação profissional e fundamenta-se nos escritos de Ramos, (2008;2010;2017), Butler, (2007;2018), Louro, (2001;2007;2008;2014) Dubar, (2012) dentre outros, que defendem a construção histórica dos sujeitos e a importância da educação e do trabalho na formação da identidade humana. Sustenta-se, portanto, que é fundamental desenvolver ações que possibilitem aos estudantes dessa modalidade de ensino, uma formação crítico-reflexiva, emancipatória e omnilateral que dê aos sujeitos acesso ao conhecimento tecnológico, científico e cultural, possibilitando-os inserção digna no mundo do trabalho e consequentemente transformação de seu contexto social.

## ABSTRACT

This article reflects on the challenges faced in Vocational and Technological Education in relation to the world of work and gender issues, regarding the students who identify themselves as LGBT - gay, lesbian, bisexual, transgender. , transvestites. Through bibliographic research, some considerations are presented about the role of school and professional education over time in the construction of identities and the challenges faced by it in the deconstruction of gender stereotypes and preparation for the world of work. From the theoretical point of view this work is part of studies involving gender, work and professional education and is based on the writings of Ramos, (2008;2010;2017) Butler, (2007;2018) Louro, (2001;2007;2008;2014) Dubar, (2012), among others, who defend the historical construction of subjects and the importance of education and work in shaping human identity. Therefore, it is argued that it is essential to develop actions that enable students of this type of education, a critical-reflexive, emancipatory and omnilateral formation that gives subjects access to technological, scientific and cultural knowledge, enabling them a dignified insertion in the world of education and consequently transformation of their social context.

## RESUMEN

Este artículo reflexiona sobre los desafíos que enfrenta la educación vocacional y tecnológica en relación con el mundo del trabajo y las cuestiones de género, con respecto a los estudiantes que se identifican como LGBT: gay, lesbiana, bisexual, transgénero., travestis. A través de la investigación bibliográfica, se presentan algunas consideraciones sobre el papel de la educación escolar y profesional a lo largo del tiempo en la construcción de identidades y los desafíos que enfrenta en la desconstrucción de los estereotipos de género y la preparación para el mundo del trabajo. Desde el punto de vista teórico, este trabajo es parte de estudios que involucran género, trabajo y educación profesional y se basa en los escritos de Ramos, (2008;2010;2017) Butler, (2007;2018) Louro, (2001;2007;2008;2014) Dubar, (2012) entre otros, quienes defienden la construcción histórica de temas y La importancia de la educación y el trabajo en la formación de la identidad humana. Por lo tanto, se argumenta que es esencial desarrollar acciones que permitan a los estudiantes de este tipo de educación, una formación crítica-reflexiva, emancipadora y omnilateral que les da a los sujetos acceso al conocimiento tecnológico, científico y cultural, permitiéndoles una inserción digna en el mundo de la educación. y, en consecuencia, la transformación de su contexto social

## **1 Introdução**

Discute-se neste artigo as relações de gênero e trabalho na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Por meio de pesquisa bibliográfica contextualizamos brevemente o papel do trabalho na formação do homem e, por conseguinte da EPT, cujo princípio educativo é o trabalho.

Este estudo está pautado no diálogo com autores/as dos estudos de gênero, Educação Profissional e Tecnológica e também, envolve discussões acerca do espaço escolar e do exercício do trabalho na construção das identidades. Para isso, faz-se necessário um pequeno levantamento nas origens dos termos de gênero, LGBT e da Educação Profissional no Brasil e posteriormente questionar como as diferenças se constituíram em mecanismos de aceitação ou não dos indivíduos no espaço escolar e no mundo do trabalho.

O debate sobre gênero e Educação é amplo, pois as instituições escolares se configuram tanto em espaços de reprodução de conceitos sociais acerca das identidades masculinas e femininas, quanto podem se configurar em espaços de enfrentamento de uma cultura heteronormatizada.

Nosso estudo busca refletir sobre como então formar esse público na Educação Profissional sob uma perspectiva de educação que valorize as suas identidades e suas múltiplas capacidades, que possa articular formação geral, formação profissional e formação humana integral abordando questões de diversidade de gênero e preparando-o para o exercício de profissões de acordo com suas livres escolhas.

Buscamos refletir sobre como o trabalho e educação podem ser peças chave na formação das identidades dos sujeitos, porém, muitos deles encontram dificuldades de permanência em sua trajetória escolar, além de barreiras de acesso ao mundo do trabalho em virtude de suas identidades de gênero não coincidirem com os padrões heteronormativos sociais.

Partiremos da explanação de alguns conceitos que envolvem gênero, trabalho e Educação Profissional e posteriormente apresentaremos alguns dados para reflexão referentes à inserção dos LGBT no mundo do trabalho.

## **2 Gênero- conceituações e relação com a educação**

Louro (2008) assevera que mesmo que (as) e intelectuais disputem quanto à compreensão e atribuição de sentido ao termo gênero, elas e eles costumam concordar que não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. Para a autora, a construção do gênero e da sexualidade ocorre ao longo de toda a vida e de forma contínua, e ainda afirma que isso exige investimentos continuados e que nada há de puramente natural em ser homem ou mulher, mas o tornar-se homem ou mulher são processos que acontecem no âmbito da cultura. Os corpos considerados “normais” são também produzidos através de artefatos, acessórios, vestimentas, gestos, procedimentos e atitudes que a sociedade de maneira arbitrária estabelece como adequados e legítimos.

Neste sentido, Butler (2007), afirma que as sociedades constroem normas que regulam e consequentemente materializam os sexos dos indivíduos, e que a linguagem que se refere aos corpos não faz uma descrição ou constatação dos mesmos, mas ela os constrói, ou seja, produz os corpos no instante em que os nomeia, o que para a autora, é um processo constrangido e limitado desde seu início, pois o indivíduo não decide sobre o sexo que irá ou não assumir, mas são abertas possibilidades pelas normas regulatórias da sociedade, que têm o poder de produzir, reproduzir, demarcar, fazer e diferenciar os corpos, dando poder de existência a certas identidades que se identificam ou se ajustam a essa matriz cultural, ao preço da exclusão das outras. Para a autora, o gênero é uma questão de performatividade, ou seja de repetição de atos, gestos, signos culturais que

nos são envolvidos desde a concepção.

Argumenta-se que o enunciado “é menino” ou “é menina”, antes ou no momento do nascimento, já insere no sujeito a partir daí um discurso e expectativas sobre o que é ser menino ou menina. Dessa forma, para Butler, o sexo, tal como o gênero, não são anteriores ao discurso, mas ao contrário, são efeitos do discurso, uma produção ou efeito discursivo. A autora dessa forma defende que não há um sexo ou gênero “original” que anula os demais, mas esse “original” é resultado ou efeito de um discurso originário, que se reproduz historicamente se inscrevendo nos sujeitos e nas suas relações sociais e ganhando título de “original”.

Em termos de gênero, também torna-se imprescindível esclarecer uma nomenclatura que acompanha as políticas públicas, os debates midiáticos, os espaços formais e informais da vida estudantil :LGBT

Existiram e ainda existem alguns outros modos de fazer referência às várias expressões da sexualidade, mas de acordo com Facchini (2002) no decorrer dos anos consolidou-se a sigla LGBT. Torres (2010) esclarece que ainda alguns grupos adotam disposições diferentes para as letras da sigla que usamos nesta pesquisa, de modo que não devemos pensar que há apenas uma maneira correta de escrever.

Embora esteja consolidada esta sigla, sabe-se que, a cada letra que aumenta, (LGBT, LGBTQ, LGBTQIA etc.) é revelada uma condição social existente. Para alguns sociólogos, os movimentos sociais nascem, do conflito gerado pela ausência de reconhecimento de uma determinada identidade coletiva em um contexto social, político e econômico.

Trevisan (2018) esclarece ainda esses conceitos ao explicar que essas letras abrangem orientação sexual e identidades de gênero:

Assim, do antigo binarismo GL genérico, passou-se para GLBT e depois LGBT, adquirindo variações cada vez mais complexas, até chegar a agrupamentos quase cifrados como LGBTTTQI+ (com o Q de queer e o I de intersex plus) ou mesmo LGBT ( sinalizando tanto os vários Ts quanto a categoria queer, que abrangeria identidades de gênero e orientações sexuais avessas a qualquer rotulação e classificação). (TREVISAN, 2018, p.509).

A escola como sendo parte da sociedade, reproduz dentro de si suas características, seus benefícios e seus males. Há historicamente na sociedade e consequentemente na escola, um modo dito “ideal” de se viver a sexualidade e as pessoas que não assumem tais identidades normatizadas, são vistas como desviadas, ou seja, afastadas de um comportamento considerado apropriado, normal, e por conseguinte são tratadas de maneira diferente, indigna ou excludente. Louro (2001) afirma que os meninos e meninas aprendem desde muito cedo a desprezar aqueles e aquelas que não se ajustam aos padrões impostos na sociedade: “Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo” (p. 22). Esse comportamento leva muitas vezes ao abandono escolar por parte desses alunos, que comprometem dessa forma seu futuro, suas possibilidades de aprendizagem e de inserção no mundo do trabalho.

### **1. Gênero e trabalho na educação profissional**

O trabalho pode ser compreendido como forma de auto realização e autocriação do ser humano. Alinhar gênero e trabalho tem se tornado desafiante, pois ainda há barreiras na sociedade que excluem ou discriminam do mundo do trabalho os sujeitos cujos corpos dificultam sua análise dicotômica e polarizada por não trazerem marcas ou evidências “seguras” de suas identidades.

Assim como existem e se reproduzem posições na sociedade pela divisão social do trabalho (as classes sociais), também se reproduzem e se perpetuam as discriminações de sexo, gênero e etnia, que hierarquizam as categorias de pertencimento no mundo do trabalho. (DUBAR, 2012)

Se a luta em defesa por um ensino unitário que tenha o trabalho como princípio educativo tem sido uma luta histórica, mais desafiante ainda é alinhar a necessidade da educação por meio do trabalho às questões de gênero, pois as diferenças de gênero são construídas numa sociedade marcada por relações de poder sexualizadas. A divisão sexual do trabalho insere-se nas relações de poder sexualizadas e se manifesta por meio da distribuição das atividades entre homens e mulheres de forma desigual. A legitimação desse processo passa pela construção de identidades sociais masculinas e femininas de acordo com o que se espera de cada um dos sexos no contexto social (STANKY; GITAHY 2006). Acreditamos que a Educação Profissional é estratégia fundamental para que os sujeitos possam aproveitar o conhecimento adquirido e potencializar seus projetos de vida sendo capacitados por meio do trabalho e do conhecimento dos fundamentos da vida produtiva para inserirem-se na atividade econômica de acordo com suas livre escolhas e independente do gênero.

O desafio é fazer compreender na sociedade que o trabalho é uma atividade criadora e não uma mercadoria, é a expressão do homem em suas faculdades físicas e intelectuais, por isso todos independente de sexo, etnia, gênero devem ter acesso à educação e serem inseridos dignamente no mundo do trabalho.

O contexto histórico educacional de nosso país levou-nos a lidar com separações ou dualidades do tipo corpo x mente, trabalho manual x trabalho intelectual. Nessa linha de pensamento o corpo, separado da mente, tende a ficar longe da escola, lugar do intelecto, do pensar. Louro (2007) nos recorda que com exceção da Educação Física, as outras inúmeras disciplinas dos cursos de formação pouco ou nada dizem a respeito dos corpos, embora os disciplinem, como se fôssemos seres incorpóreos dos quais surgem ideias e conceitos. As universidades e escolas parecem produzir seu “corpo de conhecimento” sem o corpo.

O processo de construção das identidades e dos corpos é realizado de maneira contínua e pouco perceptível. Os corpos são “fabricados” em práticas rotineiras, cotidianas, comuns e a escola é parte importante desse processo de fabricação dos sujeitos e das diferenças (LOURO, 2014)

Sobre esse assunto, afirma a autora:

Por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura, parecem penetrar nos sujeitos, ao mesmo tempo em que esses reagem e, envolvidos por tais dispositivos e práticas, constituem suas identidades “escolarizadas”. Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras ...E todas essas lições são atravessadas pela diferença, elas confirmam e também produzem diferença. (LOURO, 2014, p. 65)

Os estudos de Louro e Butler nos levam à compreensão de que para a sociedade e para a escola há um modo adequado de se viver a sexualidade, por isso quando meninas ou meninos se dedicam ou se identificam com atividades ou escolhas vistas socialmente como não “naturais” ao seu sexo, isso

seria um indicador de que estes sujeitos apresentam um comportamento “desviante”.

Conforme Louro, (2007) a norma que se estabelece historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, passando essa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Os "outros" sujeitos sociais é que se tornarão "marcados", desviados, que se definirão a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como "o segundo sexo" e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. Neste viés, de acordo com Butler (2018), a matriz cultural por meio da qual se exige a identificação com o gênero/sexo binário exige que outros tipos de identidade não possam existir, regulando assim a forma e o significado da sexualidade e repudiando, tornando abjetos os corpos dos sujeitos que diferem da norma.

Ao longo de suas relações sociais os sujeitos atravessam diferentes discursos e práticas, arranjando e desarranjando seus lugares na sociedade e suas formas de ser e de estar no mundo, identificando-se e construindo suas identidades de diversas formas, mas, a identificação com a abjeção do sexo tem sido ao longo do tempo negada pela sociedade e pela escola, sendo considerada por vezes ameaça ou perturbação da “ordem natural” das coisas. A identificação ou não com os gêneros oferecidos pelas normas sociais, é capaz de abrir ou fechar portas para o sujeito na sociedade, como se cada indivíduo carregasse em seus corpos inscrições cuja leitura pode permitir, negar ou questionar seu acesso à uma vida digna, privando-os por vezes do exercício de seus papéis sociais, do acesso à educação, trabalho, construção de famílias etc.

Bauman (2005) nos apresenta a ideia de que a identidade e o pertencimento não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, mas ao contrário, são bastante negociáveis e revogáveis e que as decisões que o indivíduo toma, os caminhos que percorre e a maneira como age, são fatores cruciais tanto para o pertencimento, quanto para a identidade. Retomando o pensamento de Butler no qual a autora mostra que sexo e gênero são efeitos do discurso cultural que nos envolve desde antes do nascimento (como por exemplo nas afirmações: “é menino ou “é menina”), podemos relacionar o pensamento desta autora com o pensamento de Bauman, quando este diz: “As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. (BAUMAN, 2005, p.19). Neste viés Louro (2013, p.44) também defende o caráter múltiplo das identidades ao dizer: “ “Novas” identidades culturais obrigam a reconhecer que a cultura, longe de ser homogênea é monolítica e de fato complexa, múltipla, desarmoniosa, descontínua”.

Os estudos desses autores nos levam à compreensão de que as identidades e culturas não podem fixas, predeterminadas ou menos ainda determinadas pelos discursos de um centro político e de poder heterossexista em torno do qual todas as outras coisas giram.

Contudo, a escola em suas práticas de “disciplina”, seja na divisão das diversas práticas de atividades entre meninos e meninas, seja no incentivo ou não ao exercício de determinadas profissões por serem consideradas “essencialmente” femininas ou masculinas, ou ainda no silenciamento quanto às questões do gênero, vem dessa maneira propondo histórica e explicitamente a construção de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais, de acordo com os padrões da sociedade em geral. O ambiente escolar em relação ao gênero poucas vezes vai além da promoção de atitudes e momentos que divulguem e ensinem a “tolerância”, a “aceitação”, a “inclusão” ou a “convivência” com as diferenças. O problema está em que ao incluir o tema da diversidade nas escolas, por vezes esse tema não aborda explicitamente a diversidade sexual, ou seja, a legitimidade das diversas formas de expressão de identidades e práticas da orientação sexual, mas, privilegia o termo diversidade como manifestações culturais, artísticas, ordeiras, cooperativas e participativas no convívio social harmonioso. (ARROYO, 2010). Isso se reflete em tratar da diversidade a partir de datas comemorativas onde se usam pequenos momentos para tratar do que é considerado diferente da cultura e costumes padrão.

Houve nas escolas, durante os últimos governos, debates mais consistentes em torno do tema da

diversidade. O tema foi levado para as escolas e salas de aula e o tema da diversidade passou a inserir debates em torno da homofobia, do bullying homofóbico, da transexualidade, dentre outros. Estes debates foram resultados de longos processos de lutas de movimentos sociais, como o movimento LGBT, foco de nossa pesquisa, e realizados através de políticas educativas do Ministério da Educação (MEC) como o Programa Brasil sem Homofobia [i] e outras ações para formação docente com vistas a quebra de situações de preconceito dentro das escolas e na desconstrução da ideia de gênero como algo estável e determinado. Estas ações foram importantes para o conhecimento e entendimento por parte de professores e alunos sobre o processo social e histórico que determina o controle dos corpos e produz desigualdades na esfera da educação e do trabalho e para a reflexão crítica sobre o campo da diversidade sexual.

Mas esse debate vem sendo esquecido pela atual política de governo de nosso país que ao invés de produzir políticas de defesa de interesses contra a discriminação, produz de formas por vezes explícitas, por vezes não percebidas, a cultura da heterossexualidade como padrão da sociedade a ser valorizado e respeitado. A tal imposição, Butler (2018) denominou de heterossexualidade compulsória.

Retomar e valorizar esse debate dentro das escolas é um desafio que perpassa a educação em todos os seus níveis, desde a educação básica até a educação superior, incluindo a Educação Profissional.

Consideramos válido que a EPT possa questionar quais corpos e sujeitos estão sendo (re)produzidos dentro dela ao problematizar ou não as questões ligadas ao gênero. Será que ela está produzindo corpos que transformam a si mesmos e ao seu contexto ou apenas reproduzindo os corpos para atender as necessidades e padrões impostos pela sociedade? Ramos (2008) afirma que considerar que a EPT tem o trabalho como princípio educativo, equivale a dizer que o ser humano é sujeito de sua história e de sua realidade, e como tal pode apropriar-se dela e transformá-la

### **3 LGBT, EPT e trabalho: construção e silenciamento das identidades**

A acessibilidade à escola Pública da rede Federal transformou a EPT por assim dizer, em palco onde atuam diversos componentes da nossa sociedade: negros, pobres, LGBT, pessoas com deficiência, estudantes de zona rural e tantos outros. Todos com as mesmas oportunidades de aprendizado científico, cultural e tecnológico, rompendo com a dualidade presente historicamente na educação, cuja função por muito tempo foi a de contribuir para a reprodução das classes sociais, já que aos filhos das elites estava assegurada a escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado acesso (MOURA, 2007). A Educação deixava de ser terreno das elites e tornava-se espaço plural, onde diversos grupos se reconhecem e se organizam coletivamente em torno de identidades de gênero, de etnia. O “centro” materializado historicamente pela cultura do homem branco ocidental, de classe média, passa a ser desafiado e contestado (LOURO, 2013).

Um maior acesso à educação por diferentes sujeitos traz à escola um movimento em direção à mudanças. Segundo Charlot (2013) junto a esses novos públicos, surgem também novas contradições sociais gerando uma “crise” que desestabiliza a “paz” da escola elitista.

A escola contemporânea é permeada por contradições estruturais. Enquanto a escola seleciona seus alunos, ela vive em uma situação de relativa paz; quando ela se abre a novos públicos escolares, ingressam também nela várias contradições sociais. Cada vez que acontece uma democratização em uma parte da escola, essa parte entra em “crise”. Por minha parte, prefiro essa “crise” de uma escola democratizada à paz de uma escola elitista. (CHARLOT, 2013, p.22).

Retomando Louro (2013), nesse sentido, ao ingressarem na escola novas identidades, o que passa a ser contestado é muito mais do que um sujeito, mas toda uma noção de cultura, ciência, arte, estética e educação que foram por muito tempo associadas a essa matriz cultural dominante que vem usufruindo, de um modo praticamente inabalável, de uma posição privilegiada de centro enquanto que as outras identidades se posicionam às suas margens. Pelo trabalho e pela educação, a EPT tem papel de retomar essa noção de ciência, arte, tecnologia e cultura que foram desapropriadas dos sujeitos e capacitá-los a transformar essa realidade. Acreditamos que por meio da educação e do trabalho, as identidades dos alunos LGBT, que foram silenciadas por muito tempo e que na atualidade ainda são, podem ser construídas e legitimadas na sociedade.

Sob a perspectiva da construção do sujeito pela integração entre trabalho, ciência e cultura, Ramos (2017) explicita que o papel da Educação Profissional não se resume à profissionalização, mas antes, se opõe à simples formação para o mercado e incorpora valores ético-políticos, conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana e proporcionam a compreensão das dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas.

Importante ressaltar que nossas ideias sobre mundo do trabalho apoiam-se em Ramos (2005;2008;2017) cujo conceito de trabalho diverge daquele restrito à sua formação histórica no capitalismo: trabalho assalariado ou emprego. O mundo do trabalho não se reduz ao mercado de trabalho. Enfatizamos que a EPT não objetiva a formação restrita a um ramo profissional, mas tem caráter omnilateral, ou seja, voltada para o desenvolvimento dos sujeitos em todas as direções (RAMOS, 2017). Desse modo, a autora ainda esclarece que a EPT tem o desafio de incorporar o trabalho na educação sem submeter ao mito da empregabilidade, retirar o mercado de trabalho do foco do ensino médio e colocá-los sobre os sujeitos, sujeitos singulares cujo projeto de vida é construído pelas múltiplas relações sociais na perspectiva da emancipação.

Os estudos de Dubar (2012) mostram que é *pôr e em* um processo específico de relações sociais que liga educação, trabalho e carreira que as identidades se constroem e essa socialização implica a construção de si e o reconhecimento pelos outros.

É de fato importante reconhecer também que os sujeitos têm necessidades diferentes e lutam por direitos iguais. O trabalho sob essa ótica é necessidade e direito. Nesse sentido, a Educação Profissional tendo como princípio educativo o trabalho, visa desenvolver possibilidades formativas que contemplem as diferentes necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos, reconhecendo-os não como cidadãos e trabalhadores de um futuro indefinido, mas como sujeitos de direito no momento que cursam o ensino médio. (RAMOS, 2008)

Sabemos, entretanto, que no Brasil por uma questão econômica, jovens e adultos da classe trabalhadora são deixados à margem pela ausência de uma política pública coerente e por isso têm dificuldade ou sequer conseguem por si próprios, trilhar um caminho em que a profissionalização seja um projeto posterior à educação básica. Ainda que o conhecimento ou exercício da profissão não garanta ingresso ou a permanência em determinados contextos produtivos, os títulos e diplomas trazem um reconhecimento social e produzem relações de identidade que implicam formas de enfrentamento das questões sociais sob a crise capitalista. (DUBAR,2012; RAMOS, 2010). Sobre este assunto afirma Dubar:

Nas sociedades contemporâneas, sobretudo em razão da concorrência pelos empregos e da existência de um mercado de trabalho, todos, salvo exceções, devem se dotar das competências que lhes permitam conseguir um emprego e ter acesso à uma formação certificadora(...)ela é indissociável do direito ao trabalho que faz parte- ainda que não seja aplicado totalmente em nenhum lugar- dos direitos fundamentais mais modernos. Trata-se de aprender **por e nesse** trabalho, que deve possibilitar um engajamento subjetivo da pessoa em questão e com isto abrir um futuro para ela. (Dubar 2012, p. 364 Grifo nosso)



Em nosso país, a preocupação com a inserção na vida produtiva é algo que acontece assim que os jovens tomam consciência dos limites que sua relação de classe impõe aos seus projetos de vida. (RAMOS 2008).

O trabalho é um meio de realização no momento presente e de construção de perspectivas para o futuro, porém, ocorrem diversos casos em que os LGBT não têm acesso ao mundo do trabalho ou não conseguem ser inseridos dignamente na vida produtiva.

A cada dia surgem novas questões e pesquisas relacionadas à educação e ao trabalho da população LGBT. Em 2009, por exemplo, uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação e pelo INEP à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, concluiu que uma das principais vítimas de *bullying* e discriminação no ambiente escolar eram os homossexuais.

Esse tipo de violência traz sérias consequências para os indivíduos, pois essa situação não se limita ao ambiente escolar, mas é repetida no campo profissional. São situações preconceituosas que geram dificuldade de acesso ou impossibilitam o ingresso dessas pessoas no mundo profissional. Se enquanto alunos vítimas de preconceito e/ou violência, eles evadem ou desistem dos estudos vivendo de certa forma um isolamento social, outros enquanto profissionais, acabam por desistir de suas aspirações e aderem a profissões rotuladas pela sociedade como profissões femininas ou mais adequadas ao LGBT (cabelereiro, manicure, faxineira...), ou a outras profissões sem o reconhecimento social esperado ou possibilidade de carreira, outras ainda que não exigem muita qualificação escolar, trabalhos penosos ou mal pagos, trabalhos temporários ou informais, ou em alguns casos recorrem à prostituição como forma de sobrevivência.

Essa realidade é notada na vida dos homossexuais gays, lésbicas e bissexuais, porém no em relação às travestis e transexuais o preconceito e a discriminação no acesso ao mundo do trabalho torna-se expresso de maneira mais nítida, uma vez que suas identidades de gênero não são “ocultadas”, mas se apresentam claramente em sua aparência física e comportamental divergente dos padrões heteronormativos. De acordo com a Rede Nacional de Pessoas Trans (REDETRANS), 82% das pessoas trans entre 14 e 18 anos desistem dos estudos e isso também torna-se uma barreira para seu futuro profissional,

Uma pesquisa realizada em 2015 pelo núcleo de pesquisa Margens, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEDH), que buscava identificar as formas de violências vivenciadas pelas pessoas trans na cidade de Santa Catarina identificou que 90,3% das entrevistadas afirmaram trabalhar, sendo que destas, 58% afirmaram ser profissionais do sexo. A maior parte estava inserida no mercado de trabalho informal: 77,4% garantiram não ter carteira de trabalho assinada e 74, 2% das pessoas entrevistadas não contribuem com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), não tendo assegurados seus direitos previdenciários. Além disso, alguns não possuíam documentos básicos como carteira de identidade e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) o que os impossibilita de acessar o mercado de trabalho formal.

Já em 2017 uma empresa de recrutamento e seleção do Estado de São Paulo, realizou uma pesquisa com dez mil empresas no Brasil e constatou que uma em cada cinco das empresas pesquisadas se recusa a contratar homossexuais para evitar que a imagem da companhia não seja associada aquele funcionário e dessa maneira desagrade os clientes trazendo o risco de perdê-los (referem-se a cargos executivos que costumam representar a empresa em público). Outros dados preocupantes da mesma pesquisa mostram que 41% dos LGBT sofreram discriminação no ambiente de trabalho por sua orientação sexual ou identidade de gênero, 33% das empresas não contratariam pessoas LGBT para o cargo de chefia, 61% dos LGBT optam por esconder sua sexualidade no trabalho e 90% dos travestis se prostituem por não terem conseguido trabalho formal (inclui-se os que apresentam bons

currículos).

Atualmente existem ações de inclusão das pessoas LGBT por parte de algumas empresas no Brasil, por meio de divulgação de vagas pelas próprias companhias ou de sites voltados para a inclusão dessas pessoas em vagas de trabalho, como é o caso do site Transempregos e da Rede Mulher Empreendedora (RME) o que mostra que de fato um mercado de trabalho que se fecha para a diversidade.

Uma pesquisa realizada em junho de 2019 por um dos maiores sites de recrutamento e emprego do mundo, o Glassdoor, mostrou que 66% dos profissionais LGBT acreditam que assumir sua identidade poderá afetar sua carreira. Entre os profissionais LGBT, 35% contam que já sofreram discriminação no trabalho, e na população trans., o número sobe para 40%.

Nos perguntamos por qual motivo pessoas LGBT têm mais dificuldade, segundo os dados anteriormente descritos, de serem aceitos no mundo do trabalho. Seria pela falta de preparação durante sua trajetória escolar? Ou o preconceito presente na sociedade que discrimina os que não trazem em seus corpos a inscrição do gênero de maneira inteligível? E como a Educação Profissional busca auxiliar na construção das identidades, do futuro profissional e na permanência escolar dos alunos declarados LGBT?

As pesquisas apresentadas datam dos anos 2009 a 2019. Os anos passaram e ao contrário de surgir uma mudança desse quadro, cresce atualmente em nosso país um movimento conservador que atinge a educação e que ao contrário de avanços em direção ao combate dessas práticas, torna cada vez mais difícil trazer pautas importantes para o enfrentamento dessa realidade, como são as pautas de gênero e sexualidade nas escolas. Um exemplo, é o movimento Escola sem Partido, cujo projeto de lei 7180/2014, inspirou outros projetos e propostas apresentados, na maioria por parlamentares católicos ou evangélicos. Em uma de suas medidas o projeto acrescenta o seguinte parágrafo ao artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: “A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual”.

Se a matriz cultural exige que certos tipos de identidade não possam existir (BUTLER, 2018), se a linguagem institui e demarca os lugares de gênero, muitas vezes o *não dito*, ou seja o que é silenciado sobre os sujeitos, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados (LOURO, 2014), parece demonstrar uma garantia de que a norma e os valores “bons e confiáveis” estarão mantidos e serão reproduzidos.

O ocultamento ou a negação de questões ligadas aos LGBT nas escolas ou em pesquisas estatísticas parecem traduzir a mensagem de que esses sujeitos não existem “oficialmente” ou que são indesejados, não obtém sucesso em suas trajetórias (suas conquistas são por vezes retratadas nas mídias como feitos extraordinários, exceção à regra) e não devem ser copiados. Pesquisa realizada em 2017 por estudantes de pós graduação da Universidade de São Paulo e pela Rede Municipal de ensino de São Paulo que tinha por objetivo analisar o acesso ao emprego por parte das pessoas travestis e transexuais no município de São Paulo, revelou que uma das maiores dificuldades relatadas pelos LGBT refere-se ao uso do nome social em seus locais de trabalho ou nas escolas e ao uso do banheiro de acordo com seu gênero.

Outra maneira de invisibilizar esses sujeitos é não inserir nos currículos as questões e práticas que abordem o gênero LGBT de forma explícita, mas ao contrário, tratar do tema sem perturbar o curso “normal” dos programas, por meio de alguma data comemorativa ou alusiva à diversidade. Como se a *Cultura* momentaneamente cedesse lugar à *cultura*, e essas identidades continuam sendo marcadas como diferentes, como exceção, bem como permanecem silenciadas no decorrer do cotidiano escolar. (LOURO, 2013)

Ao não inserir os LGBT em dados estatísticos oficiais, como por exemplo, o número de LGBTs

matriculados nas escolas, ou número de alunos transexuais matriculados nas Universidades ou na Educação Profissional, ou ainda o número de alunos LGBT que evadem das escolas, a sociedade parece querer invisibilizar essas pessoas, como se elas não existissem, como se de fato fossem sujeitos que *não são*. A importância e transparência em relação a esses dados seriam importantes ao nosso ver na promoção e justificativa de implantação de políticas públicas em defesa da inserção na atividade econômica e na permanência na educação, além da diminuição das desigualdades e na construção de direitos sociais. Os dados acessíveis em sua maioria referem-se a fatores negativos como a exclusão do mercado de trabalho, o aumento do número de LGBTs em profissões informais, ao aumento dos casos de violência contra esse grupo e consequentemente baixa expectativa de vida.

O Ministério dos direitos humanos em documento de 2018 sobre as violências LGBTfóbicas no Brasil, deixa claro que em relação à questão das orientações sexuais e identidades de gêneros que não se encaixam no modelo de normalidade suposto para o funcionamento dos sistemas, observa-se a carência de legislações específicas sobre o tema. Além disso afirma que existe no país um quadro secular de não reconhecimento de orientações sexuais e identidades de gênero minoritárias, o que viola a Constituição de 1988 quando do seu compromisso com o pluralismo e a inclusão, para além dos compromissos internacionais assumidos nas áreas relacionadas aos Direitos Humanos. No mesmo documento ressalta que a sociedade impõe uma homogeneidade racial, social e também sexual a seus cidadãos, em que tudo que for diferente do padrão passa a ser rechaçado e, ainda exemplifica, que durante muitos anos normas sexuais sexistas foram consideradas como padrão como por exemplo, a virgindade da mulher, que estava associada à “honestidade”, o casamento, que tinha normas que objetivavam procriação e manutenção ou construção de patrimônio e tudo aquilo que estivesse fora deste escopo não deveria ser aceito. Porém, com o avanço e conquista dos movimentos de mulheres, estas questões estão sendo trazidas à discussão e na medida do possível sendo superadas.

### **Considerações finais**

No contexto de nossa pesquisa, mais que identificar ou esclarecer as diferenças existentes entre as identidades de gênero, ou simplesmente apresentar as dificuldades existentes para o acesso dessa comunidade ao mundo do trabalho, importa antes fazer questionar em que momento, em que contexto e porque algumas características não apenas físicas, mas sociais, psicológicas etc, passaram a ser definidoras de diferença. Indagar onde, como e quais discursos são produzidos e reproduzidos historicamente marcando determinados sujeitos como diferentes e retirando-os por vezes direitos básicos como acesso à educação e ao trabalho.

Considerando ainda que as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio mostram por meio da Resolução nº 6/12, que o reconhecimento das identidades de gênero é um dos princípios que norteia os cursos técnicos, temos que não há como separar o papel da EPT, as relações de gênero, a sociedade e o trabalho. Se a diferença não é natural, mas ensinada, (LOURO, 2018) há cada dia maior necessidade de se pensar estratégias para a desconstrução do caráter binário e excluyente das construções de gênero na sociedade e nas Instituições, a partir da educação, a fim de que haja equidade no cotidiano escolar e no mundo do trabalho.

Para tanto, a escola precisa tomar consciência de que o seu papel social é o de formação de sujeitos críticos-reflexivos, autônomos em suas múltiplas capacidades. Como um ambiente de transformação social, a escola deve proporcionar uma formação humana integral, *omnilateral*. Ela há de contribuir para a socialização de conhecimentos que visem essa formação completa dos sujeitos. Sendo lugar de produção de conhecimentos, deve, portanto, promover uma educação dialógica, problematizadora e interacionista. Contudo, para democratizar esse modelo de educação se faz oportuno que as políticas educacionais sejam, desde já, reinventadas.

Por isso ao trazer os temas de gênero dentro de seu ambiente a EPT pode capacitar os seus alunos a

transformar a realidade em que vivem em uma realidade menos desigual e com mais respeito e compreensão das diferenças

---

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV** v.14 n. 02, maio-ago. 2018,p.302-333. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v14n2/1808-2432-rdgv-14-02-0302.pdf>. Acesso em 27 de jul. de 2019.

ARROYO Miguel Gonzáles. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out. -dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 de jul. de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 23 de jul. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em; 20 de mai. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar**. FIPE/INEP,2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2018

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência** – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: [mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-daviolencia/](http://mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtfobicas-no-brasil-dados-daviolencia/) view. Acesso em:30 de jun. de 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa** v.42 n.146. p.351-367 maio/ago 2012.Ed.IFB,2017.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. 241 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>. Acesso em: 22 de jul. de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em 07 de mar. de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós- estruturalista**. 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2001.

LOURO, Guacira Lopes; **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Proposições, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2019

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, **Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação profissional e Tecnológica:

Dualidade Histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, Vol.2, 2007

RAMOS, Marise. **Concepção de ensino médio integrado**. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_médio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_médio_integrado5.pdf). 2008. Acesso em: 13 de jul. de 2019

RAMOS, Marise; Ensino Médio Integrado: Lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**/Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva (org.) - Brasília: Ed.IFB,2017

RAMOS, Marise. Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. Rev. **Educação & Realidade**, V.35, nº1, p.65-85. jan/abr 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan. /abr. 2007. P.132-164

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989

STANCKI, Nanci; GITAHY, Lêda. M.C.; Gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil. **Cadernos de gênero e tecnologia**. UFTPR; nº 8, Ano 02, p.25-47. Out/nov. /dez 2006.

TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**-Belo Horizonte: Autentica editora; Ouro Preto, MG: UFOP,2010.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade** - 4.ed.rev.atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva,2018

VIANNA, C. NEVES, P. Padrões de Gênero e relações afetivas entre jovens na escola: entre reproduções e rupturas. In: BOMFIM, M.C.A; BOAKARI, F.M.; ARAÚJO, J.E.N. **Educação, Diversidades e Políticas de Inclusão**. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 63-77

ALMEIDA, Cecília Barreto de; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV** v.14 n. 02, maio-ago. 2018.p.302-333. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v14n2/1808-2432-rdgv-14-02-0302.pdf>. Acesso em 27 de jul. de 2019.

ARROYO Miguel Gonzáles. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out. -dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 03 de jul. de 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-r](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-r)

ceb006-12-pdf&category\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 de jul. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 20 de mai. de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar**. FIPE/INEP, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 20 de set. de 2018

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. **Violência LGBTfóbicas no Brasil: dados da violência** – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: [mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtobicas-no-brasil-dados-daviolencia/](http://mdh.gov.br/biblioteca/consultorias/lgbt/violencia-lgbtobicas-no-brasil-dados-daviolencia/view) view. Acesso em: 30 de jun. de 2019.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa** v.42 n.146. p.351-367 maio/ago 2012. Ed. IFB, 2017.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. 241 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>. Acesso em: 22 de jul. de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em 07 de mar. de 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.



LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós- estruturalista**. 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto: Porto Editora, 2001.

LOURO, Guacira Lopes; **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Proposições, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago. 2008. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2019

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação profissional e Tecnológica:

Dualidade Histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Ano 23, Vol.2, 2007

RAMOS, Marise. **Concepção de ensino médio integrado**. Disponível em:  
[http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). 2008. Acesso em: 13 de jul. de 2019

RAMOS, Marise; Ensino Médio Integrado: Lutas históricas e resistências em tempos de regressão. In: **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**/Adilson Cesar Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva (org.) - Brasília: Ed.IFB,2017

RAMOS, Marise. Implicações Políticas e Pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Rev. Educação & Realidade**, V.35, nº1, p.65-85. jan/abr 2010.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan. /abr. 2007. P.132-164

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989

STANCKI, Nanci; GITAHY, Lêda. M.C.; Gênero e divisão sexual do trabalho no Brasil. **Cadernos de gênero e tecnologia**. UFTPR; nº 8, Ano 02, p.25-47. Out/nov. /dez 2006.

TORRES, Marco Antônio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**-Belo Horizonte: Autentica editora; Ouro Preto, MG: UFOP,2010.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à**

VIANNA, C. NEVES, P. Padrões de Gênero e relações afetivas entre jovens na escola: entre reproduções e rupturas. In: BOMFIM, M.C.A; BOAKARI, F.M.; ARAÚJO, J.E.N. **Educação, Diversidades e Políticas de Inclusão**. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 63-77

[1] Em 2004 foram criados a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e o Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, cujo foco consistia no combate à homofobia, à violência física, verbal e simbólica e na defesa das identidades de gênero e da cidadania homossexual, em parcerias com Universidades e ONGs e o apoio do Ministério da Saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004)